

MPF investiga 'privatização' da análise do desmatamento na Amazônia

Categories : [Salada Verde](#)

[Mesmo após um corte de 43% no orçamento do Ministério do Meio Ambiente](#), o ministro Sarney Filho abriu pregão eletrônico para contratar na iniciativa privada serviços de monitoramento por satélite e geoprocessamento. O custo dessa terceirização será de R\$ 78,5 milhões por ano aos cofres públicos. Ontem, o Ministério Público Federal abriu procedimento de investigação para apurar o [edital](#), já que a análise dos dados do desmatamento é realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde 1988.

Segundo o MPF, a tarefa de monitorar o desmatamento da Amazônia é regulamentada por decreto governamental e prevê a coordenação do Inpe, com a participação do Centro Regional da Amazônia (CRA), que tem 60 pesquisadores em atividade e sede em Belém. As informações geradas pelo Inpe são cruciais para os acordos internacionais firmados pelo Brasil para controle das emissões de carbono, por exemplo. Ainda segundo o MPF, não fica claro, pelo edital, se a atuação da empresa a ser contratada substituirá completamente o trabalho do Inpe.

O inquérito civil aberto pelo MPF foi iniciado com envio de ofícios ao Inpe e à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, responsável pelo edital. Ambos têm prazo de 10 dias para responder aos questionamentos. A investigação será conduzida pelo procurador da República Bruno Valente. "É preocupante também a ruptura institucional que essa contratação pode provocar, uma vez que o arcabouço legal que embasa o monitoramento do desmatamento sempre previu a coordenação do Inpe", disse o procurador.

**Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF/PA.*

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/reportagens/deter-do-b-abre-polemica-entre-mma-e-inpe/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/governo-corta-43-do-orcamento-do-ministerio-do-meio-ambiente/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/27077-inpe-e-imazon-vigilantes-do-desmatamento-na-amazonia/>

